

# São Paulo reestrutura sua dívida

FOLHA MERCANTIL

Pública

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

Um total de Cr\$ 5,485 trilhões, na posição de fevereiro, é quanto representa a dívida que o governo do estado de São Paulo — incluindo o Tesouro do Estado, empresas estaduais, autarquias e fundações — tem junto ao próprio banco oficial, o Banespa. São compromissos em atraso que serão agora reestruturados para pagamento no prazo de doze anos, conforme decisão aprovada na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), na semana passada.

As dívidas de São Paulo com a instituição financeira do estado vinham sendo reescaladas, em anos anteriores, por prazos muito curtos, considerados como insuficientes para desafogar a pressão sobre a contabilidade do banco: "Prefiro ter um crédito bom de doze anos do que um ruim de dois anos", avaliou para este jornal o presidente do Banespa, Antônio Cláudio Sochaczewski, ao comentar as condições da reestruturação da dívida. Os termos não coincidem com os da lei da rolagem da dívida dos estados e municípios — a Lei nº 8.388 — porque esta trata apenas da dívida mobiliária e da dívida com bancos oficiais federais.

Ao encaminhar a propos-

ta de reestruturação ao CMN, o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Frederico Mathias Mazzucchelli, dispõe-se a alocar parcela significativa da receita do estado para amortizar os compromissos, mas assume, mais firmemente, a promessa de amortizar todo o principal da operação de Adiantamento da Receita Orçamentária (ARO) contratada com o Banespa, no último ano do governo anterior, em valor que em dezembro passado equivalia a US\$ 650 milhões.

O CMN também autorizou a rolagem por doze anos de duas operações de crédito do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), no valor total de Cr\$ 131,035 bilhões.

(Ver página 18)

O Tesouro Nacional fechou o caixa de maio com o melhor superávit do ano, Cr\$ 210,1 bilhões. O superávit foi garantido por um aumento nominal de 58% — real de 30,6% considerando-se uma inflação de 21% — na arrecadação bruta de impostos e contribuições, que atingiu Cr\$ 9,76 trilhões. Foi também importante o corte real de 11,68% nas despesas.

(Ver página 3)